

AO SENHOR WESLEY MARCOS DO CARMO.

Representante Legal da empresa Cooperativa de Transporte Rodoviário COOPERTRAN LTDA.

Assunto: Resposta referente à solicitação de esclarecimentos quanto ao Pregão Eletrônico nº 90008/2025.

Prezado, saúdo-lhe com inefáveis intensões de estimada consideração.

Considerando o procedimento licitatório a ocorrer no dia 03 de outubro de 2025, com o objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços especializados em Transporte de Passageiros, em 02 (dois) veículos tipo Van, com ar-condicionado e capacidade para comportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros em cada veículo. Vejamos:

1 - Sobre a possível necessidade de filial, pergunta-se:

a) Será necessária abertura de filial no local de prestação de serviço a que se destina o certame?

R.: Não, desde que, se necessário o contato, a contratante seja prontamente atendida.

2 - Considerando a atividade do representante (preposto) da CONTRATADA, pergunta-se:

a) Será necessário a figura do preposto/gestor da CONTRATADA?

R.: Não! Somente será necessário em casos infrequentes se constatada alguma irregularidade com o veículo ou com o comportamento dos motoristas da contratada.

b) Se sim, o preposto poderá atender a CONTRATANTE de forma remota?

R.: Sim! Na tratativa de formalidades, o preposto poderá atender a contratante de forma remota, contudo, vale enfatizar o cumprimento dos prazos estipulados para respostas, substituição de veículos quando necessário, disponibilidade e flexibilidade de horários do preposto para atendimento remoto e que o mesmo consiga direcionar uma solução de forma remota.

c) Qual deverá ser o horário de trabalho do preposto?



R.: Aproximadamente das 03hrs às 16hrs, para o veículo com saída as 03:00 horas ou de 07hrs às 20:30hrs, para o veículo com saída as 07:00 horas.

d) Habitualmente, o preposto exerce muitas atividades fora do horário comercial?

R.: Sim!

e) Poderá a LICITANTE utilizar modelo padrão de uniforme?

R.: Sim!

f) Poderá o preposto cumular funções com a do cooperado?

R.: No contexto legal e contratual, não é recomendável. Havendo, é imprescindível que não haja violação à legislação trabalhista ou de cooperativas, e que a função de representação não seja prejudica pela cumulação e nem gere vínculo empregatício disfarçado.

3 - Sobre a planilha de custos, pergunta-se:

a) O envio de planilha de custos será necessário apenas no momento da contratação para fundamentação dos valores?

R.: Sim!

b) Se não, em qual momento deverá ser apresentada?

R.: Porventura, poderá ser solicitado o reenvio durante a execução para auxílio em revisões ou fiscalização.

c) Poderá a LICITANTE utilizar modelo padrão próprio para apresentação da planilha de custos?

R.: Deverá seguir as diretrizes e modelos apresentados no Edital no certame.

4 - Sobre a jornada de trabalho do cooperado (a), pergunta-se:

a) Qual carga horária diária para cada motorista? Qual convenção coletiva foi usada para formação de preço? Existe alguma convenção específica obrigatória para o certame em comento?

R.: Para o vencedor do Item 01, a carga horária é aproximadamente das 03:00hrs às 16:00hrs e para o vencedor do Item 02, a carga horária é aproximadamente das 07:00hrs às 20:30hrs. Não há convenção específica devido ao fato de não ser um procedimento licitatório para contratação de serviços de dedicação exclusiva. É utilizada apenas Cotação de Preço Simples. Se a empresa vencedora trabalha internamente com alguma



convenção, é de responsabilidade inteiramente da empresa em arcar com o cumprimento da mesma, eximindo a contratante de quaisquer responsabilidades.

b) Entendemos que para os veículos objeto da presente licitação NÃO haverá necessidade de diária (alimentação e pernoite para atendimentos fora do município de origem). Estamos corretos em nosso entendimento? Caso não seja esse o entendimento, qual o entendimento correto? Caso seja necessário diária para os veículos, haverá reembolso posteriormente? Há um limite de reembolso para as diárias para os veículos?

R.: Pontua-se novamente, caso a empresa vencedora possua alguma convenção interna, é de responsabilidade da mesma arcar com o cumprimento de suas diretrizes pré-estabelecidas com seus motoristas. A Contratante terá vínculo SOMENTE com a locação dos veículos, eximindo-se de qualquer vínculo empregatício, encargos ou despesas geradas pelos motoristas das empresas vencedoras. É de responsabilidade ímpar e integral da CONTRATADA arcar com todos os gastos de seus motoristas. Enfatiza-se, os empregados da empresa não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações sociais, previdenciárias e Trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao Seguro de Acidente de Trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, não cabendo à Contratante qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza.

5 - Sobre os veículos, pergunta-se:

a) Será permitida a sublocação de veículos?

R.: Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no ETP e neste Termo de Referência, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.

b) Poderá ser mobilizados veículos provisórios para prestação de serviço até que os veículos “definitivos” se encontrem em posição de operação? Se sim, quais especificações os provisórios poderão ter?

R.: Não! Os veículos apresentados deverão apresentar-se com todas as exigências pré-estabelecidas nos autos dos documentos do processo licitatório.

c) Será necessário seguro total para os veículos?

R.: Consta nos autos do processo licitatório a obrigatoriedade de seguro para todos os veículos. Vejamos: Seguro Obrigatório; Apólice de Seguro, para cada veículo em serviço, com cobertura total para os passageiros com vigência durante todo o prazo da prestação dos serviços; É obrigatória a contratação de seguro com cobertura para



acidentes pessoais de passageiros, contendo pelo menos o seguinte: **Acidentes pessoais passageiros.** **a)** Danos materiais a terceiros, valor mínimo de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); **b)** Danos corporais a terceiros, valor mínimo de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais); **c)** Danos morais a terceiros, valor mínimo de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais); **d)** Acidentes Pessoais de Passageiros/Ocupantes: Invalidez ou Morte, valor mínimo de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais); **e)** Franquia normal/obrigatória

d) As despesas com estacionamento ficarão a cargo da CONTRATANTE ou CONTRATADA? Se pela CONTRATADA, haverá reembolso posteriormente?

R.: Responsabilidade da CONTRATADA. Não haverá reembolso.

e) Entendemos que a guarda dos veículos no período que o mesmo não estiver prestando serviço é de responsabilidade da contratada. Estamos corretos em nosso entendimento?

R.: Sim, é de integral responsabilidade da CONTRATADA.

f) As despesas com pedágio o ficarão a cargo da CONTRATADA. Precisamos que o órgão mensure a estimativa de utilização para melhor formulação da proposta. Qual a média de utilização para o lote 3?

R.: Os veículos são solicitados para uso diário. Quanto a média estimada de pedágio, não dispomos de tais informações, uma vez que a empresa contratada é responsável por tal.

g) Será exigido rastreador nos veículos? Quais especificações ele deverá ter?

R.: Não, contudo, é válido ponderar a responsabilidade do veículo transitar nas rotas pré-estabelecidas.

6 - Será exigido veículo reserva? Se sim, quantos veículos reservas serão exigidos para lote 3? Quais as especificações eles deverão ter?

R.: Sim! Conforme consta nos autos dos documentos que compõem esse processo licitatório, mediante alta demanda, se necessário, a Contratante poderá requerer 02 (dois) veículos para o mesmo horário e fica a Contratada obrigada a atender tal demanda, oferecendo os veículos e serviços nas mesmas condições do objeto licitado.

7 - Entendemos que a habilitação deverá ser apresentada pela licitante vencedora após etapa de disputa de lances. Estamos corretos em nosso entendimento?



R.: Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.



b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste termo de referência;

f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício credencia ou concorre;

f.1) Caso o prestador seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto deste termo de referência, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

f.2) O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara.



Fica dispensada apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133 de 2021 e à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante executou contratação compatível com as características indicadas no Termo de Referência:

I - O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s), preferencialmente, em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade da Administração Pública, assinado por seu representante, com descrição dos itens contratados; e

II - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

OUTRAS COMPROVAÇÕES / DECLARAÇÕES

Declaração subscrita ou em campo próprio disponibilizado em plataforma eletrônica para marcação, conforme instrumento convocatório, atestando que:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

a.1) Nos itens exclusivos para participação de micro-empresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para micro-empresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que micro-empresa, empresa de pequeno porte.

I) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

II) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

III) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



IV) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998.

V) Que a proposta foi elaborada de forma independente.

VI) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

VII) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

8.4.1.6.1. O licitante enquadrado como Micro-empresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

Caso o licitante enquadrado como Micro-empresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

8 - Existem itens no decorrer do edital que não se aplicam a sociedades cooperativas tendo em vista sua natureza. Aqueles itens que não se aplicam a ela deverão ser interpretados de modo que abrangem sua especificidade. Estamos corretos em nosso entendimento?

a) Caso não seja esse o entendimento, como deverá ser tratado as cláusulas que não se aplicam a sociedades cooperativas?



R.: Todas as tratativas ocorrerão de acordo com o pré-estabelecido no Edital do presente certame.

9 - Sobre a emissão da nota fiscal:

a) Deverá ser emitido nota fiscal para mão de obra e fatura para a locação do veículo?

R.: Emissão de nota fiscal somente para a prestação de serviço de Locação do Veículo, objeto deste certame. A mão de obra do motorista não gerará nenhum vínculo ou custo para com a Contratante.

b) Deverá ser emitido apenas uma nota fiscal abrangendo as duas situações?

R.: Emissão de nota fiscal somente para a prestação de serviço de Locação do Veículo, objeto deste certame. A mão de obra do motorista não gerará nenhum vínculo ou custo para com a Contratante.

c) Para emitir a nota fiscal, deverá aguardar aval do Departamento? Ou assim que receber as medições a CONTRATADA já poderá proceder com a emissão?

R.: Sim! Para melhor controle e execução do contrato, a empresa contratada só deverá emitir a nota fiscal de serviços após comunicação da Contratante.

d) Qual será o período de medição dos serviços?

R.: Mensalmente, conforme já é realizado no atual formato no vigente contrato.

11 - Serão exigidos EPI's para o condutor? Se sim quais? A responsabilidade será da contratante ou contratada?

R.: Não serão exigidos EPI's para o condutor, salvo a boa vestimenta, calçado adequado, calça comprida, camisa com manga/camisa gola polo, ademais, é de responsabilidade da Contratada contratar motoristas experientes, habilitados e com treinamento específico para o transporte de pacientes, incluindo noções de primeiros socorros. Garantir que os motoristas sigam as normas de trânsito e tenham uma postura



profissional e cuidadosa durante o transporte, minimizando riscos de acidentes e desconforto para os pacientes.

12 - Qual o histórico de horas trabalhadas por diária?

R.: Conforme questionado anteriormente na questão número 4, vejamos: Para o vencedor do Item 01, a carga horária é aproximadamente das 03:00hrs às 16:00hrs e para o vencedor do Item 02, a carga horária é aproximadamente das 07:00hrs às 20:30hrs.

13 - Qual a vigência do contrato? Poderá ser prorrogado?

R.: Conforme consta no TERMO DE REFERÊNCIA, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** contados do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), podendo ser prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso. No caso da prorrogação será o valor unitário do item e/ou do lote reajustado pelo índice IPCA-E, cabendo a mesma verificar a vantajosidade da prorrogação com o reajustamento dos valores. Ressalta-se ainda que, o prazo de validade seja de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez, sendo reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de quantitativos entre os períodos conforme limites e condições previstos no Art.193 do Decreto Municipal Nº 2011, de 15/01/2024, bem como poderá haver uma vantagem econômica vislumbrada por prazo maior, assim espera-se ser mais vantajoso para o município de Itarana/ES.

14 - Qual histórico de utilização de km por diária?

R.: Não é de conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde de Itarana/ES, haja vista que toda a logística e controle do veículo são de responsabilidade e conhecimento único e exclusivo da empresa contratada.

15 - Quantos veículos será exigido por item?



R.: O presente certame objetiva 01 (um) veículo para o horário das 03:00 horas e 01 (um) veículo para o horário das 07:00 horas, contudo, conforme consta nos documentos elaborados, se necessário, a Contratante poderá requerer 02 (dois) veículos para o mesmo horário e fica a Contratada obrigada a atender tal demanda, oferecendo os veículos e serviços nas mesmas condições do objeto licitado

16 - Qual tributo deverá ser considerado para os veículos com condutor: ISSQN ou ICMS? O transporte será municipal ou intermunicipal?

R.: Os serviços serão prestados de forma intermunicipal, onde os veículos se deslocarão para os municípios referências nos atendimentos médicos no estado do Espírito Santo. Dentre alguns municípios podemos citar: Serra, Vila Velha, Vitória, Guarapari, entre outros. Em caso de vitória no referido certame, a empresa licitante deverá entrar em contato com o Setor de Tributação para sanar as dúvidas quanto ao uso de alíquota, ISS ou ICMS para a futura emissão de notas fiscais

17 - Sobre a substituição dos veículos com quantos quilômetros rodados ou quantos anos de uso deverá ocorrer?

R.: A vigência da contratação terá um prazo de 12 (doze) meses, logo, não será necessário a substituição dos veículos, desde que os mesmos estejam em conformidade com o solicitado no certame. Havendo irregularidades, a empresa contratada ficará integralmente responsabilizada por sanar as irregularidades e, se necessário, realizar a troca do veículo por outro com as mesmas características exigidas no Edital. É de grande relevância mencionar que a licitante tenha à disponibilidade pelo menos 02 (duas) oficinas para as manutenções preventivas e corretivas nos veículos.

18 - Sobre a jornada de trabalho do motorista. Entendemos que não irá ultrapassar a quantidade de hora estabelecida em lei, ou seja, 44 horas semanais e 220 mensais para todos os lotes. Estamos corretos em nosso entendimento?

R.: É provável que ultrapasse, haja vista que o vencedor do Item 01, terá a carga horária aproximadamente das 03:00hrs às 16:00hrs e para o vencedor do Item 02, a carga horária será aproximadamente das 07:00hrs às 20:30hrs. Ressalva-se que em conversa com o Setor de Transportes da Secretaria de Saúde, obteve-se relatos em que as vans já retornaram ao município de Itarana/ES após esses horários extipulados.



19 - Haverá possibilidade de rescisão antecipada?**a) Se sim, em quais hipóteses?**

R.: Não haverá possibilidade de rescisão, salvo a possibilidade, por parte da Contratante constatar irregularidades e que as mesmas não sejam sanadas.

20 - Atualmente qual contratada atende a prestação de serviços? Quais os valores são praticados na contratação atual? Qual a média de quilometragem rodada mensalmente? Quantos veículos atuam prestando atendimento atualmente?

R.: Atualmente as empresas prestadoras dos pretendidos serviços são as empresas Kayo Meneghel Queiroz Transportes LTDA e a empresa Transportadora Meneghel LTDA. Os valores praticados são de: R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais) e R\$ 1.449,00 (um mil e quatrocentos e quarenta e nove reais). Não há uma média de quilometragem rodada mensalmente, devido estar condicionado às empresas toda a responsabilidade para com o veículo. Prestam os serviços, 01 (um) veículo com saída às 03:00 horas e 01 (um) veículo com saída às 07:00 horas, contudo, quando necessário e mediante solicitação realizada previamente às empresas, há dias em que é feito o uso de 02 (dois) veículos saindo no mesmo horário.

Itarana/ES, 01 de outubro de 2025.

Oscar Neto de Lima

Agente Administrativo da Secretaria de Saúde de Itarana/ES

Matrícula nº 006924

